

28 de julho de 2021

Censos 2021

Censos 2021 – Divulgação dos Resultados Preliminares

Hoje dia 28 de julho, o INE divulga os Resultados Preliminares do XVI Recenseamento Geral da População e VI Recenseamento Geral da Habitação – Censos 2021, menos de 4 meses após o momento censitário, dando cumprimento à estratégia de difusão prevista no Programa de Ação para os Censos 2021.

Os Resultados Preliminares dos Censos 2021 revelam que a população residente em Portugal é 10 347 892.

Na última década Portugal regista um decréscimo populacional de 2,0% e acentua o padrão de litoralização e concentração da população junto da capital. O Algarve e a Área Metropolitana de Lisboa são as únicas regiões que registam um crescimento da população, sendo o Alentejo aquela que regista o decréscimo mais expressivo.

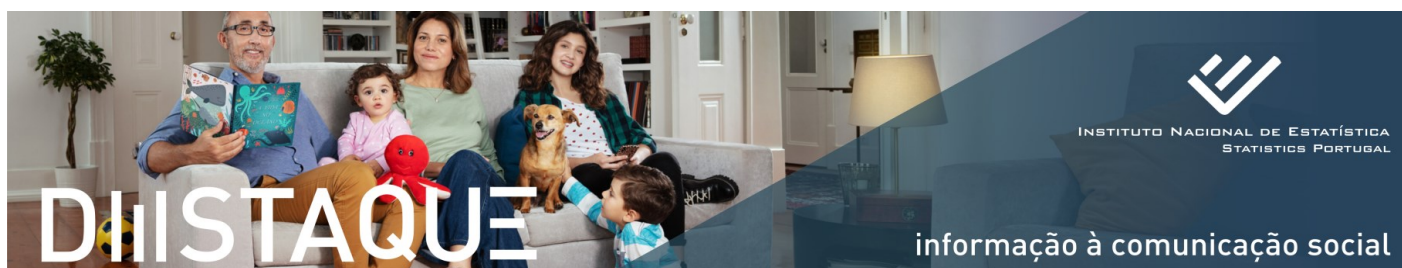
Portugal registou um ligeiro crescimento do número de edifícios e de alojamentos destinados à habitação, embora num ritmo bastante inferior ao verificado em décadas anteriores.

Os primeiros resultados dos Censos 2021 têm um carácter preliminar, na medida em que são baseados em contagens resultantes do processo de recolha (edifícios, alojamentos, agregados e indivíduos) e divulgados antes do processo final de tratamento e validação da informação recolhida, os quais fornecendo facilidade e rapidez no acesso destinam-se essencialmente a antecipar as necessidades dos utilizadores.

Os Resultados Preliminares estão disponíveis até ao nível geográfico de freguesia e acessíveis na Plataforma de Divulgação dos Censos 2021 – Resultados Preliminares, disponível em censos.ine.pt.

Residem em Portugal 10 347 892 pessoas, a maioria do sexo feminino

Segundo os Resultados Preliminares dos Censos 2021 residiam em Portugal à data do momento censitário, dia 19 de abril de 2021, 10 347 892 pessoas, das quais 4 917 794 homens (48%) e 5 430 098 mulheres (52%).



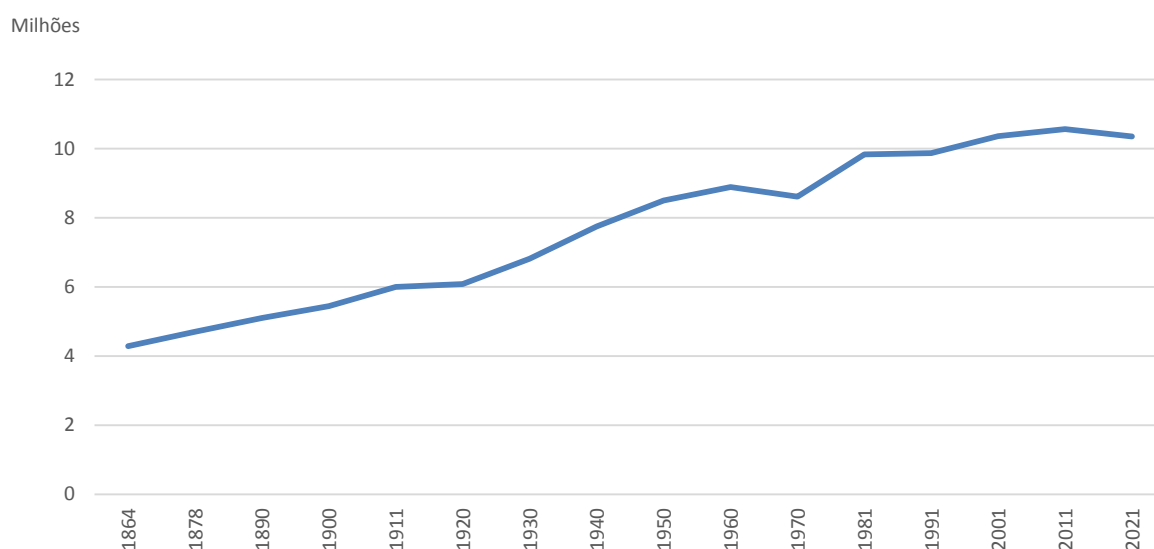
Portugal regista na última década um decréscimo populacional de 2%

Nos últimos 10 anos a população residente em Portugal reduziu-se em 214 286 pessoas, representando um decréscimo populacional de 2,0%. Em termos censitários, a única década em que se verificou um decréscimo populacional foi entre 1960 e 1970.

O decréscimo populacional registado na última década resultou do saldo natural negativo (-250 066 pessoas, dados provisórios), sendo que o saldo migratório ocorrido, apesar de positivo, não foi suficiente para inverter a quebra populacional.

A população residente em 2021 tem um valor próximo do registado em 2001 quando residiam em Portugal 10 356 117 pessoas.

Figura 1. População Residente em Portugal, 1864 -2021

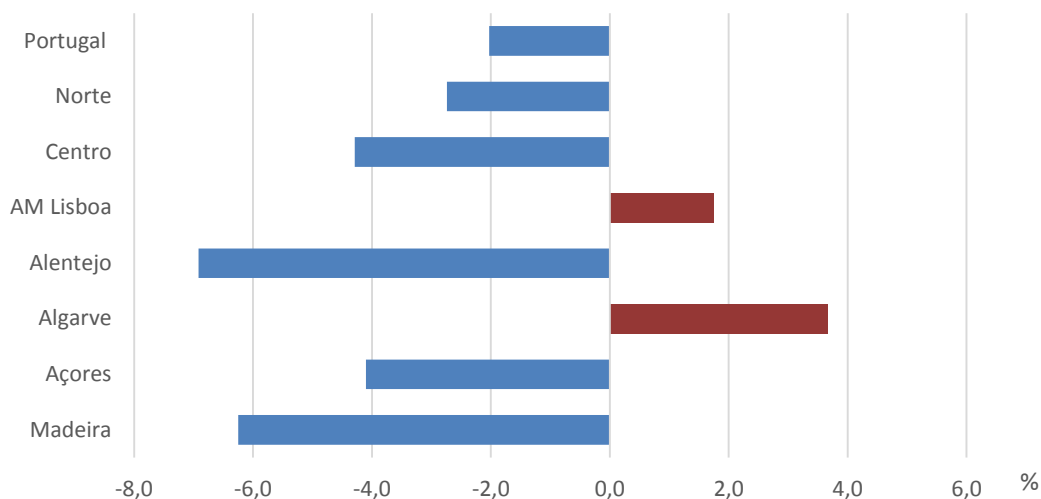


Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

As únicas regiões NUTSII que registaram um crescimento da população entre 2011 e 2021 foram o Algarve (3,7%) e a Área Metropolitana de Lisboa (1,7%). As restantes regiões viram decrescer o seu efetivo populacional, com o Alentejo a observar a quebra mais expressiva com -6,9%, seguindo-se a Região Autónoma da Madeira com -6,2%.



Figura 2. Variação da população residente, 2011 -2021, NUTS II (%)



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

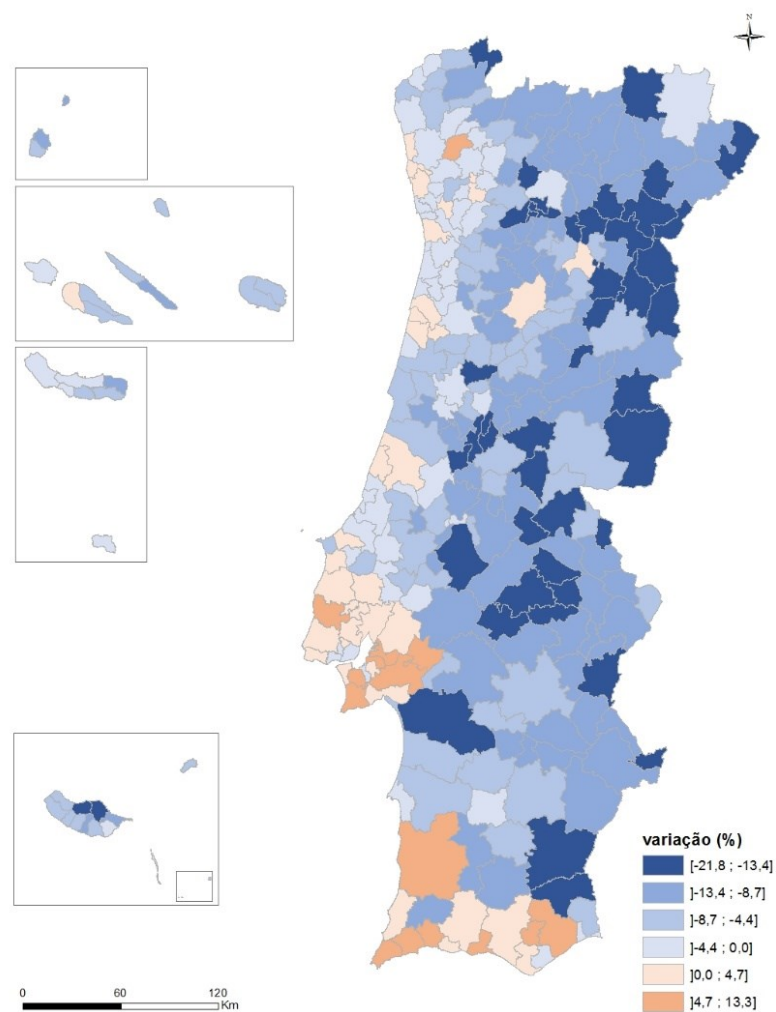
Na última década o país acentuou o padrão de litoralização e reforçou o movimento de concentração da população junto da capital

A análise por município permite verificar que os territórios localizados no interior do país perdem população, sendo que os municípios que assistiram a um crescimento populacional situam-se predominantemente no litoral, com uma clara concentração em torno da capital do país e na região do Algarve.

Nos últimos 10 anos, dos 308 municípios portugueses, 257 registaram decréscimos populacionais e apenas 51 registaram um aumento. Na década anterior tinham assistido a quebras populacionais 198 municípios.

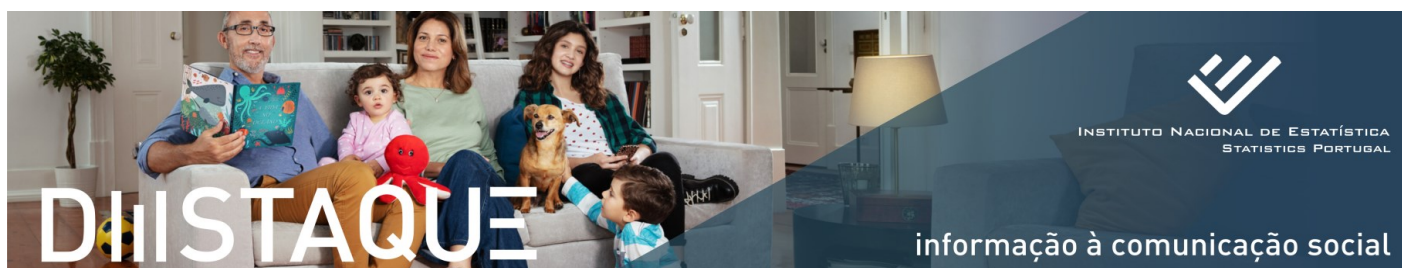


Figura 3. Variação da população residente, 2011 - 2021, Município (%)



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

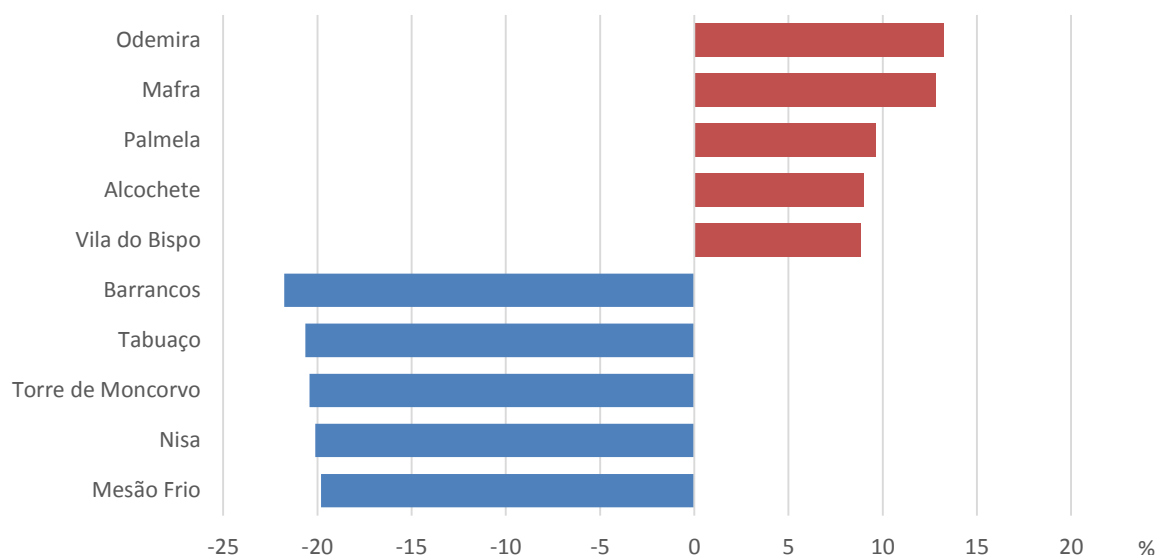
Segundo os Resultados Preliminares dos Censos 2021, cerca de 50% da população residente em Portugal concentrava-se em apenas 31 municípios, localizados maioritariamente nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto.



Os 5 municípios que registaram as variações populacionais mais significativas

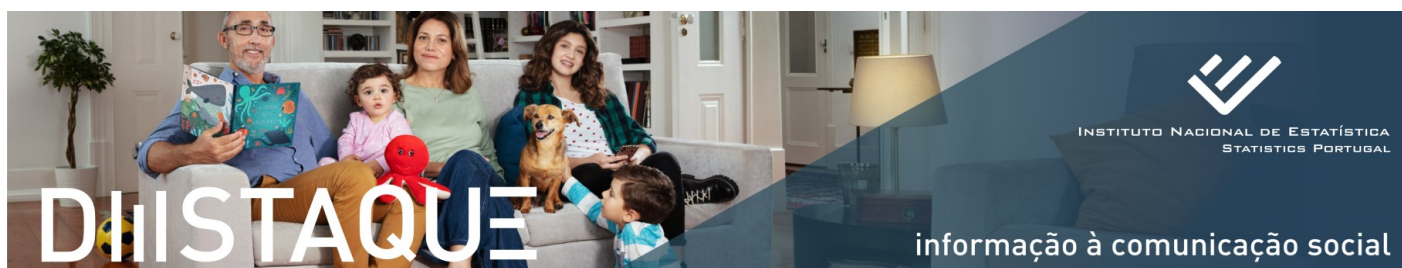
Em termos relativos, Odemira com 13,3% (mais 3 457 residentes) e Mafra com 12,8% (mais 9 838 residentes) foram os municípios que registaram os maiores acréscimos populacionais na última década, seguindo-se Palmela, Alcochete e Vila do Bispo com valores entre os 9,6% e os 8,8%.

Figura 4. Os 5 Municípios com maiores crescimentos e decréscimos populacionais, 2011 -2021 (%)



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

No extremo oposto, Barrancos (-21,8%), Tabuaço (-20,6%), Torre do Moncorvo (-20,4%), Nisa (-20,1%), e Mesão Frio (-19,8%) foram os municípios que registaram os decréscimos populacionais mais significativos.



A variação da população residente nos 10 municípios mais populosos do país, mostra que Lisboa, Porto, Matosinhos e Oeiras perdem população, enquanto os restantes registam crescimentos populacionais, com o município de Braga a registar o valor mais elevado (6,5%; +11 839 residentes).

Figura 5. Os 10 Municípios mais populosos, 2011 -2021

Municípios	População residente		Variação 2011-2021	
	2011	2021	Nº	%
Lisboa	552 700	544 851	-7 849	-1,4
Sintra	377 835	385 954	8 119	2,1
Vila Nova de Gaia	302 298	304 149	1 851	0,6
Porto	237 591	231 962	-5 629	-2,4
Cascais	206 479	214 134	7 655	3,7
Loures	199 494	201 646	2 152	1,1
Braga	181 494	193 333	11 839	6,5
Almada	174 030	177 400	3 370	1,9
Matosinhos	175 478	172 669	-2 809	-1,6
Oeiras	172 120	171 802	-318	-0,2

Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

Na última década o total de agregados cresce ligeiramente, apesar do decréscimo populacional

Segundo os resultados preliminares dos Censos 2021, existem em Portugal 4 156 017 agregados domésticos privados e agregados institucionais, um crescimento de 2,7% face a 2011.¹ O número de agregados aumentou em todas as Regiões NUTS II, com exceção da região do Alentejo onde o valor decresceu 3,6%.

¹ Nos Censos 2011 era utilizado o conceito de família clássica e não o conceito de agregado doméstico privado. Em 2011, um alojamento podia albergar mais do que uma família, embora essas situações fossem em número reduzido.

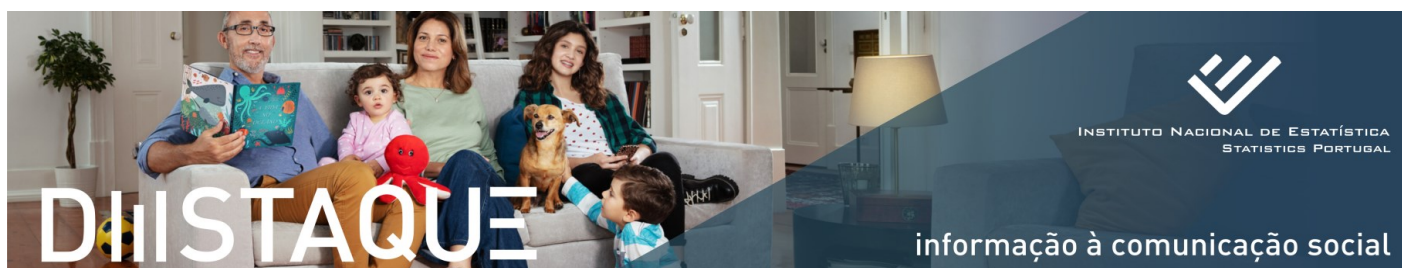
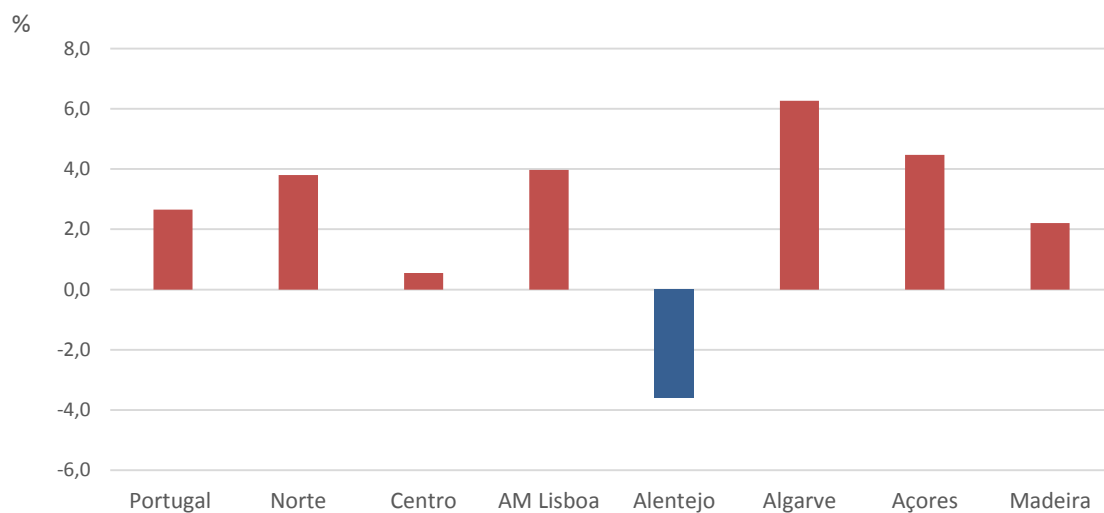


Figura 6. Variação do número de agregados, 2011 -2021, NUTS II (%)



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

Como resultado do crescimento no número de agregados, a par do decréscimo populacional registado, há uma redução da dimensão média dos agregados. Em 2021 a dimensão média dos agregados é de 2,5 pessoas, valor que se reduziu em 0,1 face ao valor de 2011, o qual se situava em 2,6 pessoas por agregado.

A redução média do número de pessoas por agregado foi comum a todas as regiões, mantendo-se a Região Autónoma dos Açores e a Região Autónoma da Madeira como as regiões onde a dimensão média dos agregados é mais elevada (2,8 e 2,6 pessoas, respetivamente).

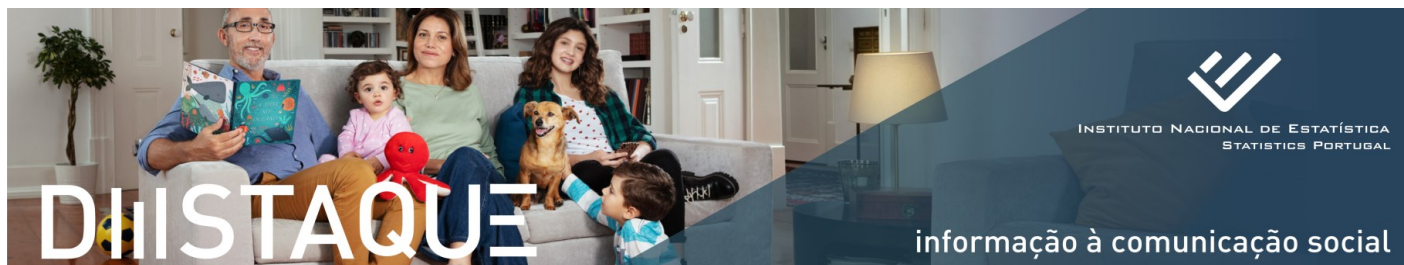
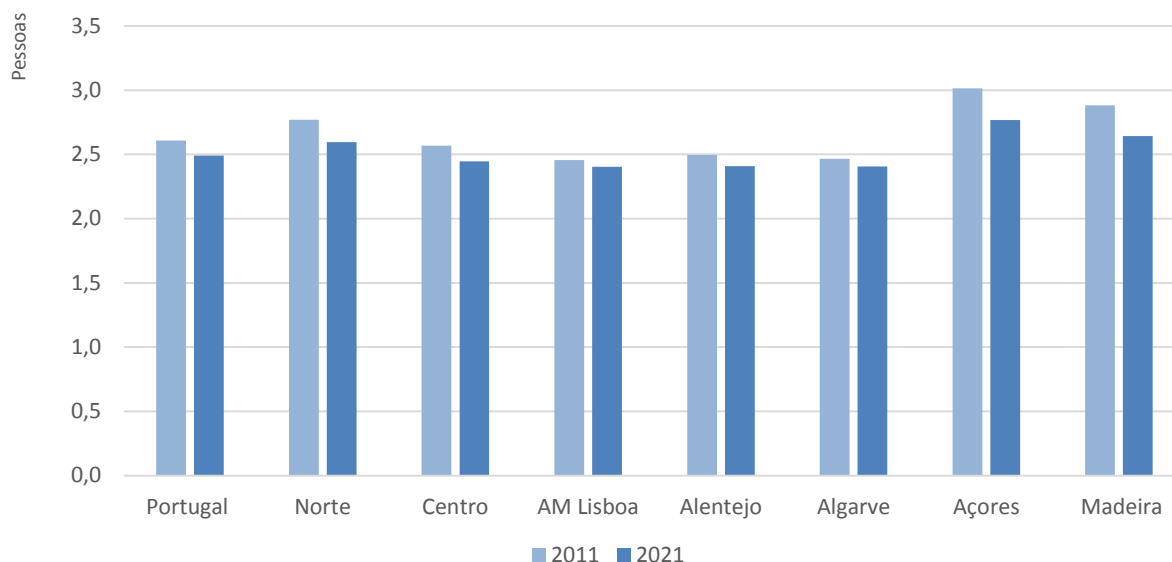


Figura 7. Dimensão média dos agregados, 2011 -2021, NUTS II



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

Portugal registou um ligeiro crescimento do número de edifícios e de alojamentos destinados à habitação, embora num ritmo bastante inferior ao verificado em décadas anteriores

De acordo com os Resultados Preliminares dos Censos 2021, o número de edifícios destinados à habitação era de 3 587 669 e o de alojamentos de 5 961 262, valores que face a 2011 representam um aumento de 1,2% e 1,4%, respetivamente.

O crescimento do parque habitacional entre 2011 e 2021 é bastante inferior ao verificado na década anterior, quando os valores se situavam na ordem dos 12% para edifícios e os 16% para alojamentos.

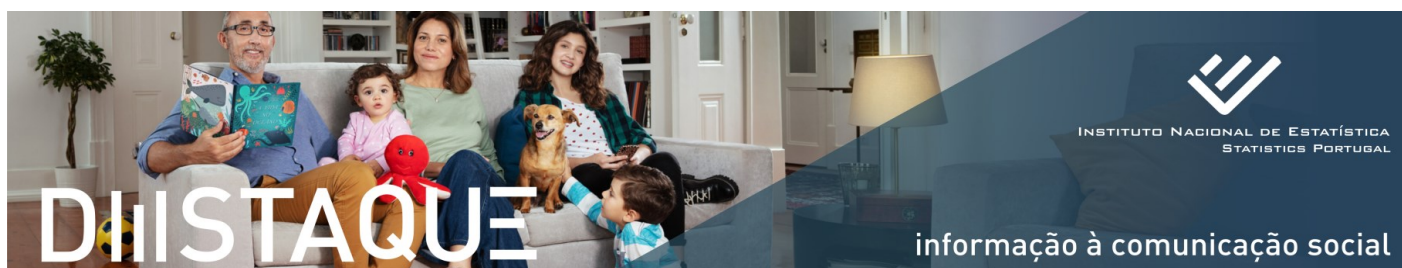
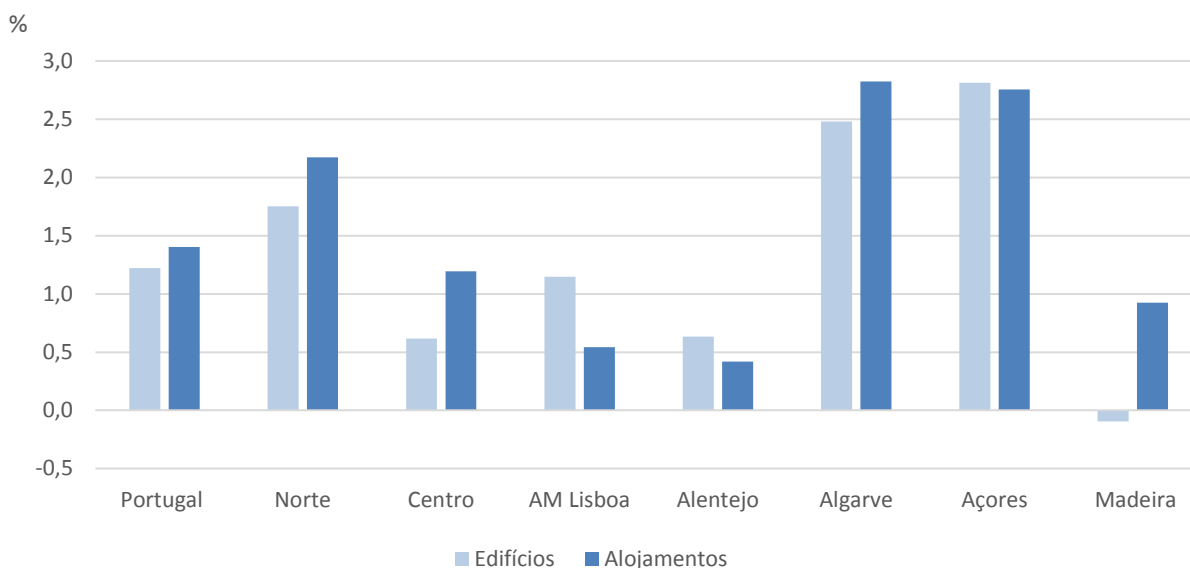


Figura 8. Variação do número de edifícios e alojamentos, 2011 -2021, NUTS II (%)



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

Em termos regionais, a Região Autónoma dos Açores e o Algarve são as regiões que registam os maiores acréscimos no número de edifícios e de alojamentos destinados à habitação: 2,8% e 2,5% ao nível dos edifícios, respetivamente, e 2,8% nos alojamentos, em ambas as regiões.

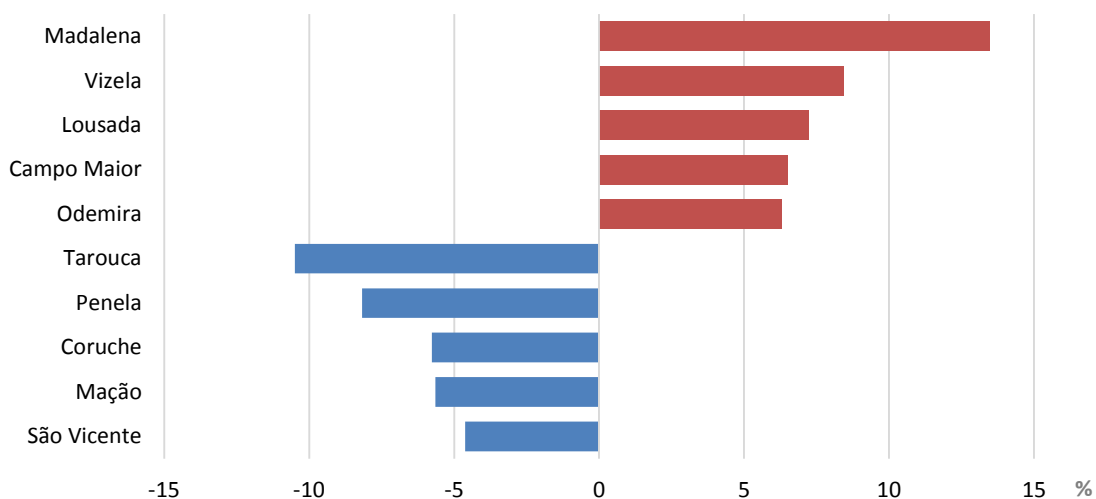
O número de alojamentos destinados à habitação aumenta na maioria dos municípios

O número de alojamentos destinados à habitação aumentou em 72% dos municípios portugueses (221 municípios).

Os municípios de Madalena (R.A. Açores), Vizela, Lousada, Campo Maior e Odemira foram os que registaram maior crescimento no número de alojamentos, com valores situados entre os 13,5% e os 6,3%. Em contrapartida, Tarouca, Penela, Coruche, Mação e São Vicente foram os municípios onde se registaram os decréscimos mais significativos, com o número de alojamentos a variar entre os -10,5% e -4,6%.



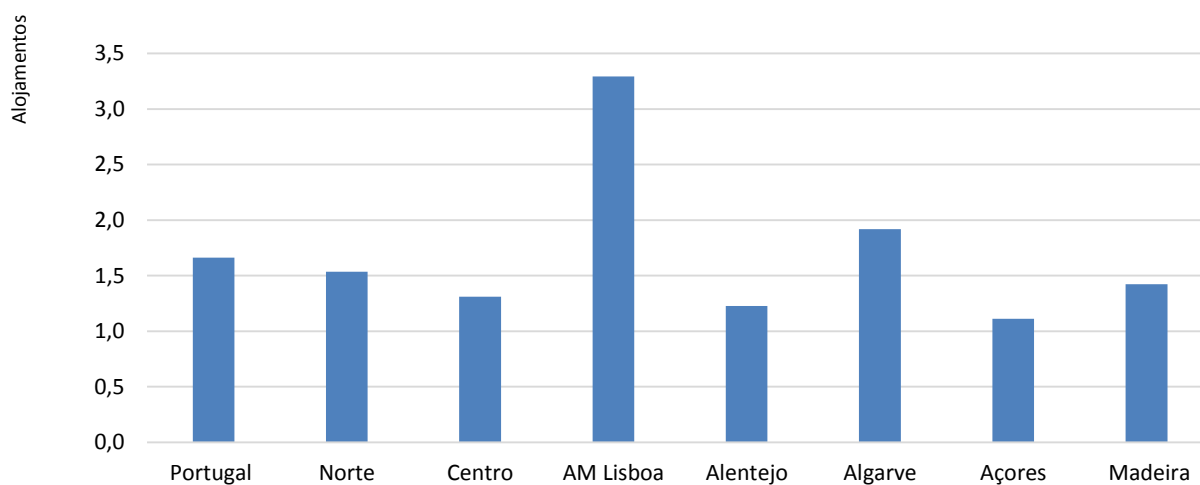
Figura 9. Os 5 municípios com maiores crescimentos e decréscimos no número de alojamentos, 2011 -2021 (%)



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

Em 2021, o número médio de alojamentos por edifício em Portugal é de 1,7, valor que se mantém desde 2011. A Área Metropolitana de Lisboa é a região que regista o valor mais elevado, 3,3 alojamentos por edifício, sendo na Região Autónoma dos Açores e no Alentejo que se registam os valores mais baixos, 1,1 e 1,2, respetivamente.

Figura 10. Número médio de alojamentos por edifício, 2021 – NUTSII



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação



NOTA METODOLÓGICA

O INE disponibiliza os primeiros resultados do XVI Recenseamento Geral da População e VI Recenseamento Geral da Habitação Censos 2021, cuja data de referência é o dia 19 de abril de 2021.

Os Censos 2021 dão continuidade à mais longa e consistente série estatística nacional sobre a população e a habitação e foram realizados através de um inquérito exaustivo junto de toda a população com recurso a um processo de recolha de informação predominantemente digital.

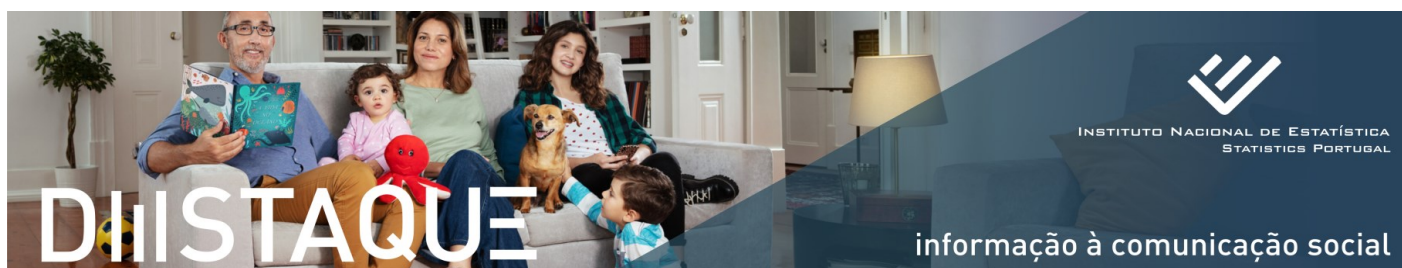
Os primeiros resultados dos Censos 2021 têm um carácter preliminar, na medida em que são baseados em contagens resultantes do processo de recolha e divulgados antes do processo final de tratamento e validação da informação recolhida.

A disponibilização dos resultados definitivos está prevista para o 4º trimestre de 2022, sendo antecedida por uma apresentação de resultados provisórios, a divulgar até fevereiro do próximo ano.

CONCEITOS

AGREGADO DOMÉSTICO PRIVADO	Conjunto de pessoas que tem a residência habitual no alojamento familiar ou a pessoa independente que ocupa um alojamento familiar.
AGREGADO INSTITUCIONAL	Conjunto de pessoas residentes num alojamento coletivo que, independentemente da relação de parentesco entre si, são beneficiárias de uma instituição e governadas por uma entidade interna ou externa ao grupo de pessoas.
ALOJAMENTO	Local distinto e independente que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado, transformado ou está a ser utilizado, se destina a habitação com a condição de não estar a ser utilizado totalmente para outros fins no momento de referência: por distinto entende-se que é cercado por paredes de tipo clássico ou de outro tipo, é coberto e permite que uma pessoa ou um grupo de pessoas possa dormir, preparar refeições ou abrigar-se das intempéries separado de outros membros da coletividade; por independente entende-se que os seus ocupantes não têm que atravessar outros alojamentos para entrar ou sair do alojamento onde habitam.
ALOJAMENTO FAMILIAR	Alojamento que, normalmente, se destina a alojar apenas uma família/agregado doméstico e não é totalmente utilizado para outros fins no momento de referência.
ALOJAMENTO COLETIVO	Alojamento que se destina a albergar um grupo numeroso de pessoas ou mais do que uma família e que no momento de referência está ocupado como residência habitual de pelo menos uma pessoa.
EDIFÍCIO	Construção permanente, dotada de acesso independente, coberta e limitada por paredes exteriores ou paredes-meias que vão das fundações à cobertura e destinada à utilização humana ou a outros fins. Nota: Para efeitos censitários não são considerados edifícios totalmente utilizados para fins diferentes de habitação.
POPULAÇÃO RESIDENTE	Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano.

Informação metodológica detalhada disponível em www.ine.pt, opção Produtos, Sistema de Metainformação.



O INE gostaria de deixar o seu agradecimento e reconhecimento a todas as entidades que colaboraram na realização e divulgação dos Censos 2021:

Câmaras Municipais

Juntas de Freguesia

Direção Regional de Estatística da Madeira

Serviço Regional de Estatística dos Açores

Casa Civil - Presidência da República

Presidência do Conselho de Ministros

Membros da Secção Eventual para Acompanhamento dos Censos 2021

Membros do Conselho Superior de Estatística

Secretarias Gerais dos Ministérios

Polícia de Segurança Pública

Guarda Nacional Republicana

Instituto Nacional para a Reabilitação

Alto Comissariado para as Migrações

Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem Abrigo - Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo

Direcção-Geral de Saúde

Direcção-Geral da Educação

Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

Gabinete Nacional de Segurança

Ministério da Administração Interna

Ministério da Defesa Nacional - Estado Maior General das Forças Armadas

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal

Associação Nacional de Municípios Portugueses

Associação Nacional de Freguesias

Comissão de Liberdade Religiosa

Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

Conselho Português para os Refugiados

Secretaria de Estado da Habitação

Laboratório Nacional de Engenharia Civil

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

Instituições de ensino

Instituições religiosas

Associações e Instituições da Sociedade Civil

Empresas